

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS
EDITAL Nº 3B/2019 COPERPS UFPA
PROCESSO SELETIVO ESPECIAL - PSE 2020-1 (QUILOMBOLAS)

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO



INSCRIÇÃO: 579661

NOME: EDENILSON SANTOS DA COSTA

RG: 8409084

DEFERIDO (Preencher completamente um dos campos abaixo; não marcar com x):

Sim

Não

Observações

Avaliador 1

Avaliador 2

Belém, 26 de Setembro de 2019.

VOLTAR



ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBO DAS ILHAS DE ABAETETUBA
CNPJ: 04.712.322/0001-14



DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO

Nos abaixo assinados liderança da associação quilombola acima; identificada localizada na zona rural de Abaetetuba Estado do Pará, CEP 68.440-000. Declaramos para os devidos fins de direito que o (a) estudante

Edenilson Santos da Costa
 RG 8409084 e CPF: 048.995.052-30 nascido (a) em 05/02/1999. É **QUILOMBOLA**, e reside na comunidade quilombola de Bom Remédio onde mantém laços familiares e atua contribuindo como trabalho econômico sociais culturais na referida comunidade.

Estamos cientes de que, em caso de falsidade ideológica, ficaremos sujeitos (a) as sanções prescritas no penal e as demais cominações legais aplicáveis.

Abaetetuba 24 de Agosto de 2019.

Edilson da Conceição Correa Cardoso da Costa

Edilson da Conceição Correa Cardoso da Costa
Liderança - Coordenador geral
 RG: 1760043 CPF: 141.890.202-06
 Endereço: Comunidade Quitam bota de Arapapuzinho

Edilson da Conceição C. C. da Costa
 CPF: 141.890.202-06
 24.08.2019

Esmelino Caripuna Ferreira

Esmelino Caripuna Ferreira
Coordenador de Esporte e Cultura
 RG: 2032386 CPF: 639.405.582-49
 Endereço: Comunidade Quilombola de Ipanema

Benedito Batista Lobato

Benedito Batista Lobato
Liderança-Secretario.
 RG: 4930279 CPF: 090.165.462-00
 Endereço Comunidade Quilombola do Baixo itacuruçá

Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - falsidade ideológica - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.